

Um plano é bom, dois é demais

Uma compatibilização entre o plano de estabilização apresentado pelo ministro do Planejamento e o programa econômico de quatro anos, em elaboração no Ministério da Fazenda, é o que deseja o Palácio do Planalto para que o Governo, que há duas semanas não tinha nenhum projeto de ajuste interno, resolva o problema da convivência com duas propostas.

A articulação entre os planos Sayad e Funaro aproveitará as propostas comuns, como as relacionadas com o crescimento sustentado da economia nos próximos anos, a uma taxa média de seis a sete por cento do PIB e procurará eliminar as divergências entre as duas posições em questões como o recongelamento dos preços e a eliminação do gatilho salarial.

OPOSIÇÃO

Ontem, em entrevista concedida no Rio de Janeiro, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, reiterou pela quarta vez, nos últimos três dias, sua oposição a um novo congelamento de preços e à eliminação da prática do gatilho salarial, a menos — acrescentou — que o mecanismo seja substituído por outro que garanta, efetivamente, o poder de compra dos salários.

Esse não é, contudo, o objetivo da proposta de política salarial esboçada no plano de iniciativa da Se-

plan, na medida em que a correção salarial é feita a cada trimestre, pela média da inflação do mesmo período, o que representará, sem dúvida, perda de renda salarial. Trata-se de iniciativa similar à política salarial do governo Castello Branco, com a diferença de que em 1964, após o golpe militar de 31 de março, os salários passaram a ser reajustados pela média registrada nos últimos 24 meses.

Na Seplan, contudo, garante-se que a intenção da proposta de Sayad é manter o nível aquisitivo dos salários, até porque a fórmula permite que, por ocasião do julgamento do dissídio, 60% da inflação efetivamente incorrida no período sejam automaticamente incorporados.

DIFERENÇAS

Tanto para os técnicos da Seplan como da Fazenda, há diferenças substanciais entre as propostas de Sayad e Funaro, as quais, levadas na devida conta, dificultarão uma integração para efeito da montagem de um só programa, como deseja o presidente Sarney. A principal distinção é que, enquanto a sugestão da Seplan pressupõe regras de estabilização de médio e longo prazos, a da Fazenda é mais temporária, destinada a atender às exigências dos credores internacionais, governos e bancos privados.

Enquanto a proposta da Seplan procura afastar de

limitações e metas quantitativas, a não ser em relação à variação do PIB, a da Fazenda necessariamente deve conter metas específicas sobre déficit público, controle inflacionário, fluxo de recursos externos, agregados monetários e outros indicadores econômicos que permitirão aos credores, através de um monitoramento, acompanhar, de forma permanente, a "performance" da economia.

E previsível, portanto, que o programa de Sayad substitua o Plano de Metas aprovado em julho do ano passado e que foi esvaziado com o fracasso do Plano Cruzado, e a programação de Funaro seja utilizada, exclusivamente, como roteiro para negociar a dívida externa com os credores.

Enquanto o programa de Sayad seria inserido no âmbito do I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, constituindo-se como que uma sua extensão, a proposta de Funaro, de natureza mais conjuntural, teria vida curta, sujeitando-se a ajustes no decorrer da sua implementação, especialmente em relação às metas propostas. O programa de Funaro operaria, dessa forma, como uma espécie de Carta de Intenções, no estilo das que o Brasil assinou com o Fundo Monetário InternACIONAL — FMI — em 1983 e 1984, sem a presença do monitoramento do Fundo.